

**Paola A. Ávila Soares**

[paolaavila05@gmail.com](mailto:paolaavila05@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0003-0552-6127>

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Cascavel, Paraná..

**Marco Antonio Batista Carvalho**

[marcoab\\_carvalho@yahoo.com.br](mailto:marcoab_carvalho@yahoo.com.br)

<http://orcid.org/0000-0002-6811-2661>

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Cascavel, Paraná.

**Luciana Paula Vieira de Castro**

[lupaulavc@gmail.com](mailto:lupaulavc@gmail.com)

<http://orcid.org/0000-0003-3344-2944>

Universidade Estadual do Oeste do  
Paraná, Cascavel, Paraná..

# Educação para a Tecnologia e para o Mercado de Trabalho: o Paradigma da Economia Política da Informação

## RESUMO

O presente trabalho buscou analisar as possíveis relações entre o atual paradigma da Sociedade da Informação e seus pontos de interseção entre os aspectos da concepção de Economia Política da Informação e os documentos norteadores da educação, o Plano Nacional de Educação (2014) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sob a perspectiva de cidadania. A concepção de Economia Política da Informação vem apontando a informação como principal insumo para produção intelectual e a relaciona e com as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), sob o viés da mercantilização do conhecimento. Assim, este trabalho busca, a partir da literatura, abordar os conceitos de educação, cidadania e economia política da informação, conduzindo o problema de pesquisa por meio do emprego de noções de análise de conteúdo de Laurence Bardin. Finaliza discutindo que as relações entre as concepções se pautam, sobretudo, na lógica da produção do conhecimento. Diante disso, reverbera sobre estudante de ensino médio o fomento à dinâmica do foco ao mercado de trabalho, sobre o qual incide a necessidade do domínio do uso das TIC. Portanto, a partir do presente trabalho, compreendemos que a dinâmica do ensino médio, nesse cenário, afasta cada vez mais a noção de cidadania do estudante de classes menos favorecidas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação, Cidadania, Economia Política da Informação.

## INTRODUÇÃO

Atualmente vivemos sob o paradigma da sociedade da informação e sob a óptica da globalização e do uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). O padrão de vida da sociedade contemporânea se mantém alicerçado sob o viés da inovação e da produção de conhecimento. Segundo Castells (2003), é a partir desse fenômeno que as estruturas organizacionais tomam uma proporção mais ampla, a ponto de alterar diversos padrões sociais e até mesmo meios e modos de produção na contemporaneidade. Nesse sentido, o processo de globalização somado às diversas transformações em relação aos instrumentos de comunicação, viabiliza a troca de informações e por meio desta, a propagação de diversos aspectos interculturais, sobretudo, em relação às práticas mercantis regidas pelo atual sistema financeiro global, as quais têm sido marcadas pelo uso das TIC, nos mais diversos arranjos produtivos sociais, inclusive no panorama educacional (MNEMOSYNE et al., 2005).

Os diversos segmentos sociais que possuem impacto direto a partir dessa lógica são: economia, mercado de trabalho, educação entre outros. (MNEMOSYNE, et al., 2005). Dessa forma, as mudanças ocasionadas pelas TIC na contemporaneidade se dão muito em função do montante informacional disponível em rede, no que se refere à falsa noção propagada de democratização do conhecimento.

A partir do exposto, a informação, na atual conjuntura, passa a ser o principal insumo para a pesquisa científica e para produção do conhecimento, estando o conhecimento: “[...] como produto de interações entre os diferentes campos de saber e dos valores sociais” (MOSCO, 1998, p. 105). Levando em consideração o fato de que o conhecimento seja visto hoje como parte do conjunto de valores sociais, depreende-se que o mesmo se torna parte do processo de mercantilização, já que atribuímos valor a determinado objeto em função de seu uso (MOSCO, 1998).

Ao passo que os diversos segmentos sociais sofrem alterações, o capital, como centro do sistema econômico vigente, também sofre e reflete essas alterações em sua caracterização e em função dos meios de produção em decorrência das diversas transformações mencionadas anteriormente. Não obstante, o atual sistema financeiro a nível nacional tem estabelecido meios de promover a estrutura social e manter-se diante do atual cenário. A universalização do capital e a flexibilização do trabalho humano, são, portanto, práticas implementadas também, em função das mudanças tecnológicas e por conta da recomposição do sistema produtivo, a informação e o conhecimento acabam assumindo um papel ainda mais relevante no contexto ideológico da sociedade capitalista (DUARTE, 2003).

Diante dessa lógica e da perspectiva de mudanças nos mais diversos setores sociais que a sociedade da informação vem sofrendo, faz-se necessário destacar o cenário educacional local, que, assim como os outros segmentos sociais como saúde e mercado de trabalho vem sofrendo alterações. Sobre esse aspecto, é importante destacar a observação feita por Moran (2006, p. 12) quando diz que “o campo da educação está muito pressionado por mudanças, assim como acontece com as demais organizações.”. Assim, nos parece que a educação básica, enquanto base da formação social do indivíduo, merece atenção em relação às mutações que

vem sofrendo, sobretudo na etapa do ensino médio, a qual tem sido carregada pelo uso racional da tecnologia.

É evidente que a partir desse cenário são notáveis os benefícios das TIC na educação em diversos aspectos, muito em função de sua aplicabilidade enquanto ferramental de gestão e aspectos pedagógicos. Inclusive, conforme destaca Moran (2005): “Em relação aos alunos, hoje, é importante que eles tenham ambientação tecnológica e pedagógica, nos ambientes virtuais” (2005, p. 91). Portanto, a educação como área plural e mutável, seguirá os padrões atuais da sociedade em sua contemporaneidade.

Acontece que a abordagem que os documentos norteadores da educação básica têm se pautado atualmente predominantemente sob a prerrogativa da educação para o mercado, para tecnologia e para produção científica. Esse movimento de campanha de atualização do ambiente educacional para os avanços sociais acaba fomentando o uso das TIC enquanto item indispensável ao ensino. Embora saibamos que as TIC são ferramentas e não conteúdos, propriamente ditos. Segundo Pacheco (2009, p. 397):

Ao eleger a educação como alavanca da economia do conhecimento, a globalização, na busca de uma identidade de legitimação, institui a lógica da competitividade na base do pressuposto de que o mundo pode se tornar uma imensa planície, fazendo com que a educação deixe em segundo plano sua missão de formação pública e cívica.

Para Heinsfeld e Silva (2018, p. 686), ao mencionar o texto da BNCC, destacam: “percebe-se forte contradição no texto do documento, que, embora pontue a necessidade da compreensão das novas configurações da sociedade permeada pelas tecnologias digitais, desvaloriza as práticas dos jovens nesse âmbito”. Ainda, segundo as autoras “Percebe-se, ainda, que os objetivos elencados, em sua maioria, contradizem a pretensa preocupação com a criticidade na formação discente com relação a essa temática, apontando para habilidades e competências de cunho técnico, úteis ao mercado de trabalho” (HEINSFELD; SILVA, 2018, p. 686).

A partir do exposto, o presente artigo elenca como problema de pesquisa: Quais as relações entre o paradigma da Economia Política da Informação e a promoção cidadania, a partir do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014) e a BNCC? Dessa forma, a presente pesquisa tem como: objetivo: identificar as possíveis relações entre a concepção de Economia Política da Informação e as propostas previstas na BNCC e PNE (BRASIL, 2014), numa perspectiva de promoção da cidadania; para tanto, nos propomos a analisar os documentos norteadores da educação básica no Brasil, na atualidade, sendo esses o Plano Nacional de Educação (2014-2024) e Base Nacional Comum Curricular (2018), identificar o conceito de Economia Política da Informação e analisar a possível relação entre os conceitos de ambas abordagens a partir da concepção de cidadania.

## **METODOLOGIA**

Essa pesquisa teve como propósito analisar a BNCC e o PNE (BRASIL, 2014) a partir da perspectiva da Economia Política da Informação. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de natureza básica. Utilizamos a Análise de Conteúdo de

Laurence Bardin (2011) para a reunião, organização e análise dos dados documentais de maneira categorizada. Em relação às categorias, buscamos identificar os trechos dos documentos que possuísem os termos: Educação para o mercado de trabalho; cidadania; Tecnologias de Comunicação e Informação; Mudanças sociais, em suas variações.

Também se caracteriza como do tipo bibliográfica, pois se ateu à bibliografia trabalhada durante a disciplina de Tendências em educação em ciências I, do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Educação Matemática, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e aos documentos: BNCC e PNE (2014). Primeiramente, buscou-se pautar o centro da discussão na análise dos documentos, identificar o foco dos objetivos do presente artigo e validar a proposta a partir da leitura dos documentos. Após essa etapa, buscou-se na base de dados SCIELO e Google Acadêmico a literatura necessária para embasamento teórico e análise da literatura.

## RESULTADOS

Face ao exposto, cabe relacionar a Sociedade da Informação a uma nova economia, que ao abranger as TIC como ferramentas de disseminação da informação e da comunicação, utiliza-se das mesmas para fomentar a produção de conhecimento, sendo esse, visto agora como fonte e prática mercantil. Assim, faz-se necessário introduzir à presente pesquisa, o conceito de Economia Política, área que recentemente vem sendo consolidada como ciência interdisciplinar que “[...] tende a se concentrar sobre um específico conjunto de relações sociais organizadas em torno do poder ou da habilidade de controlar, entre outros, o povo, os processos e as coisas, até mesmo as possibilidades de resistência” (MOSCO, 1998, p. 25). O autor complementa o conceito de Economia Política, trazendo recursos da comunicação ao seu conceito, o que nos permite compreender a abordagem da Economia Política da Informação e da Comunicação, como sendo:

[...] o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo dos recursos. Nesta específica abordagem, os produtos de comunicação, tais como jornais, livros, vídeos, filmes e audiências, são, antes de mais nada, recursos (MOSCO, 1998, p. 25).

A área, portanto, passa por um rápido processo de estabelecimento, porém, consolida-se à medida em que diversos autores e estudiosos vêm observado os seus pontos de interdisciplinaridade e conexão com os aspectos diversos que regem as temáticas sociais. Dantas (2012) utiliza o termo Economia Política da Comunicação e Informação, ao se referir às mesmas questões, porém afirma que não lhe parece interessante que a atual concepção foque nas relações de poder e exclua a influência das mídias e dos meios de comunicação em massa, os quais podem ser carregados de argumentos de persuasão e manipulação, tal como descreve:

Ela examinará os meios de comunicação, examinará a indústria cultural, examinará os processos pelos quais a sociedade se supre de

bens simbólicos industrializados nas condições capitalistas de produção e consumo, inclusive os seus processos políticos e institucionais (DANTAS, 2012, p. 286).

Nesse caso, ainda sob os aspectos das conexões e da interdisciplinaridade, Herscovici (2003, p. 13), se refere a uma nova economia quando aborda as diferentes nuances que permeiam a Economia Política da Informação mencionando que “ela corresponde a uma intensificação dos movimentos de concentração industrial e financeira – ela se traduz por uma privatização crescente da informação e por uma mercantilização crescente dos SIC.”.

Depreende-se, portanto, que a Economia Política da Informação possui papel considerável no que diz respeito à análise de nossa sociedade atual em função dos aspectos sociais e econômicos e seus meios de produção contemporâneos. Assim, a presente corrente nos convida a refletir a respeito da posse dos ditos novos meios de produção, visto que a informação não está puramente disponível para acesso da sociedade como um todo. Informações científicas, por exemplo, possuem acesso restrito, dependendo de seu veículo de publicação, que por vezes é privado.

Em consonância com os tópicos apontados no decorrer do presente artigo junto aos objetivos pelos quais se deseja investigar, julga-se relevante apontar as mudanças que têm afetado a educação básica no país, sobretudo, em função do estabelecimento de prerrogativas firmadas junto aos ideais neoliberais, os quais tornam-se determinantes em relação a estrutura e funcionalismo social. Moran (2006) destaca, em relação à educação e ao seu poder de transformação social que “Isso abre um mercado gigantesco que está atraindo grandes grupos econômicos dispostos a ganhar dinheiro, a investir nesse novo nicho e que importam os processos de reorganização e gestão trazidos das empresas” (MORAN, 2006, p. 12).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos documentos orientadores da educação básica no Brasil, em questão, trata de diretrizes pedagógicas que acabam por determinar procedimentos e objetivos a serem alcançados pela educação básica em âmbito nacional. A BNCC formalizada em um governo de fortes tendências neoliberais e conservadoras, manifesta o objetivo de propagar os ideais de “mudança” e adaptação curricular em função do novo paradigma social contemporâneo. O que tem sido alvo de sérias críticas no que se refere à mudança do ensino médio.

O documento orienta que as escolas arranjem seus itinerários formativos com base em duas disciplinas obrigatórias, nas áreas de matemática e linguagens e que o estudante opte por um segundo bloco que a escola ofertará, o qual deverá contemplar as ciências da natureza, humanas ou sociais aplicadas, de modo interdisciplinar, tornando alguns componentes curriculares, tais como: Filosofia, Língua Estrangeira e Educação Física, em temas transversais. Essas medidas têm como justificativa no referido documento, a adaptação dos estudantes ao cenário contemporâneo, com forte incentivo ao uso e adaptação às tecnologias e ao cenário digital. Nesse caso, a formação terá como objetivo principal trabalhar a formação do adolescente para o mercado de trabalho e no desenvolvimento de competências, a fim de garantir a promoção da cidadania (BRASIL, 2017).

O texto traz em seu marketing promocional os anseios das grandes massas da população, viabilizando a simplificação do ensino com base na escolha do

estudante e com base no que o próprio deverá se especializar. Nesse caso, faz-se necessário considerar como os estudantes irão prestar os vestibulares de universidades que não aderiram ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), como mecanismo de ingresso, posteriormente. Para Silva (2018), esse processo pode estar marcado por uma lógica incoerente.

Nos dispositivos que orientam as proposições curriculares com base em competências, prepondera, assim, uma concepção de formação humana marcada pela intenção de adequação à lógica do mercado e à adaptação à sociedade por meio de uma abstrata noção de cidadania. Esse discurso é marcado, também, pelo não reconhecimento da dimensão da cultura como elemento que produz, ao mesmo tempo, a identidade e a diferença. A noção de competências, ora como resultado de uma abordagem biológica e/ou inatista da formação, ora em virtude de seu caráter instrumentalizador e eficientista, consolida uma perspectiva de educação escolar que, contraditoriamente, promete e restringe a formação para a autonomia (SILVA, 2018, p. 11).

Esses procedimentos e objetivos devem estar em harmonia com os ideais estabelecidos pela Constituição Federal, contudo, conforme destaca Saviani (2007), os mesmos, por vezes, acabam sendo vistos como mecanismos protelatórios, os quais estabelecem diversos objetivos em função do contexto social, e não assegura sequer metade de seus encaminhamentos, tampouco norteiam soluções referentes às questões básicas na educação, como por exemplo, a erradicação do analfabetismo local.

O PNE (BRASIL, 2014), estabelece parâmetros curriculares que privilegiam a formação escolar para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para a inserção dos estudantes no mercado de trabalho, como se esse ideal fosse único e exclusivo no que se refere aos direitos e deveres do cidadão, conforme o artigo 5º do referido documento: “V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;” (PNE, 2014, p. 12). Já a o termo competência:

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (MEC, 2017, p. 6).

Além disso, a prática e fomento ao desenvolvimento da pesquisa científica, também são temas abordados pelos documentos em questão, visto que, conforme destaca Duarte (2003), o conhecimento, visto hoje como capital em potencial, se faz presente inclusive em âmbito escolar, em que prevalece a promoção de práticas científicas em torno de um dito revigoramento da valorização da educação, estando esta, no centro das discussões políticas e econômicas. Ainda, o autor ressalta que a tal mobilização para o conhecimento pode estar atrelada à ilusão de que o conhecimento e a informação estão extremamente acessíveis e ao

alcance da população, a fim de que a mesma seja informada, esclarecida e emancipada.

Nas diretrizes do PNE (BRASIL, 2014), fica destacado por meio do inciso V e VII, respectivamente: “V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;” e “VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País”. Ainda que haja grandes perspectivas desde a erradicação de analfabetismo até as oportunidades previstas ao magistério e pós-graduação, convém destacar a questão do conceito de cidadania que vem acompanhado da necessidade de formação para tecnologia e para o mercado de trabalho, conforme os itens acima.

Perez (2016), ressalta que para o senso comum a cidadania e a educação correspondem a uma lógica de mercado, quando considera cidadão aquele eleitor que trabalha e produz, contribuindo para sua sociedade, cujas habilidades para tal, devem ser aprendidas na escola. Por meio de sua pesquisa sobre as considerações entre cidadania e educação, ressalta que o conceito de cidadania é compreendido e definido conforme o contexto social. Assim sendo, o conceito vai sofrendo alterações junto às mudanças sociais, tal que, atualmente há o predomínio de deslocamentos de sentidos e significados a respeito da cidadania. A autora afirma: “Cidadania, segundo a formulação clássica de Marshall (1967) é a conquista de direitos civis, políticos e sociais” (MARSHALL, 1967, apud PEREZ, 2016, p. 45).

A autora ainda faz alusão à concepção de escola no início do século XVIII, na era da revolução industrial: “A disciplina, a organização, o domínio da leitura e da escrita e as noções básicas de matemática eram os requisitos básicos para a operação das máquinas pelos operários (PINTO, 2011, p. 318, apud PEREZ, 2016, p. 47). Complementa ainda, destacando que na Era Vargas e durante o Regime Ditatorial Militar, o conceito de cidadania estava atrelado aos direitos trabalhistas e políticos, respectivamente (PEREZ, 2016).

Dessa forma, compreende-se que possivelmente há relações interseccionais que levam a atual sociedade da informação a encaminhar seu ambiente funcional, conforme o paradigma em questão, principalmente no que tange ao cenário educacional, e, por sua vez, à estruturação social, vista como uma força em potencial. Conforme destaca Kenski (2010, p. 41), ao comentar a respeito dos desafios a serem assumidos pela sociedade no que se refere à educação na era da informação: “As alterações sociais decorrentes da banalização do uso das tecnologias eletrônicas de informação e comunicação e do acesso a elas, atingem todas as instituições e espaços sociais”. Resta-nos, portanto, analisar essas diferentes variáveis, supor hipóteses a partir do que a literatura vem destacando e trabalhar para que a compreensão desses fenômenos sociais esteja acessível e explícita como fonte de conhecimento à população, proporcionando o esclarecimento e o acesso como direitos sociais, e possivelmente, indo de encontro ao que nossa estrutura social demanda.

## CONCLUSÕES

Ao relacionar os conceitos abordados no presente artigo, percebe-se que diversos autores anteriores a nossa década já nos alertavam à questão ética do uso das TIC no ambiente social e sobretudo, escolar e inclusive destacam que não se trataria de avaliar impactos, porém, o uso e a maneira com que entendemos sua

proposta em nossa sociedade. O meio educacional, entretanto, já possui inclusive o fomento ao uso das TIC no ensino, e ainda tem tido em seus documentos norteadores a questão da educação para seu uso e a necessidade de uma formação para um mercado de trabalho impulsionado pelas TIC. Acontece, que possuir acesso às TIC não faz um indivíduo formado com base nos preceitos da cidadania.

A partir da perspectiva da Economia Política da Informação, é possível encontrar as principais nuances que permeiam nossa sociedade da informação e a partir de então, compreender os principais aspectos que conduzem nossas discussões e tomadas de decisões no que se refere ao panorama educacional. Nesse caso, observou-se nessa perspectiva a concepção de interesse de um governo neoliberal na propagação de uma formação sucateada para estudantes da rede pública de ensino e, por conseguinte, a inserção mais rápida possível num mercado de trabalho cada vez mais flexível e prejudicial em relação às garantias trabalhistas.

Quando se fala em educação para ciência e tecnologia, não se contempla a educação em ciência, pautada nos ideais da alfabetização científica, mas, no ideal carregado de educação para o uso e apropriação de tecnologias que permitam ao indivíduo adentrar nesse mercado de trabalho cada vez mais específico e flexível, pautado, muitas vezes pelas tecnologias em detrimento das garantias fundamentais. Além disso, percebemos que a concepção de cidadania tem se alterado também em função dessa lógica de novo mercado de trabalho.

O ensino médio acaba por ser a etapa mais afetada pelas nuances destacadas acima, visto que é a fase de transição da educação básica para o mercado de trabalho, em que os jovens já possuem idade economicamente ativa e, que, portanto, devam optar rapidamente pelas disciplinas que irão precisar cursar para ingressar no mundo do trabalho. É claro que as exceções sempre existem e com certeza alguns jovens com certeza irão conseguir adentrar o espaço das universidades públicas e possuir condições de mobilidade social, por mais dificuldades que possam vir a passar, entretanto, devemos lidar com a regra e não somente com as exceções. Nesse caso, devemos questionar qual cidadania temos, qual almejamos e para qual estamos formando nossos indivíduos no âmbito educacional, sobretudo da rede pública de ensino.



# Education for Technology and the Labor Market: The Paradigm of the Information Political Economy

## ABSTRACT

This research sought to analyze the possible relations between the current paradigm of the Information Society and its points between aspects of the concept of Political Information Economy and the guiding documents of current education, the Plano Nacional de Educação (2014) and the Base Nacional Comum Curricular (BNCC), from a citizenship perspective. It points to information as an input for intellectual production and relates it to Information and Communication Technologies (ICT), under the bias of the commodification of knowledge. From the literature, it addresses the concepts of education, citizenship and political economy of information. It conducts the search problem by using Laurence Bardin's notions of content analysis. Concludes by arguing that the relationships between the concepts are based on the logic of knowledge production. Therefore, the promotion of the dynamics of the focus on the labor market reverberates on high school students, on which the need to master the use of ICTs falls. Therefore, from the present work, we understand that the dynamics of high school in this scenario, increasingly removes the notion of citizenship from the less favored classes.

**KEYWORDS:** Education. Citizenship. Political Economy of Information.

## REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011. 279 p.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em: 22 fev. 2021.
- BRASIL. Base nacional comum curricular: educação é a base. Ministério da Educação (MEC), [2017]. 466 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category\\_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 16 out. 2018.
- CATELLS, M. A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- DANTAS, M. Economia política da informação e comunicação em tempos de internet: revisitando a teoria do valor nas redes e no espetáculo. Rio de Janeiro, Liinc em Revista, v. 8, n.1, mar., 2012, p. 283-307. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3356/2963>. Acesso em: 22 fev. 2021
- DUARTE, N. Sociedade do conhecimento ou sociedade das ilusões?: quatro ensaios crítico-dialéticos em filosofia da educação São Paulo: Autores Associados, 2003.
- HEINSFELD, B. D; SILVA, M. P. R. N. As versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o papel das tecnologias digitais: conhecimento da técnica versus compreensão dos sentidos. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 2, p. 668-690, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss2articles/heinsfeld-silva.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- HERSCOVICI, A. A economia política da informação, da cultura e da comunicação: questões metodológicas e epistemológicas: uma apresentação geral. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación, [S.l.], v.5, n.3, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.pedrobendassolli.com/pesquisa/ec1.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- KENSKI, V. M. Tecnologias também servem para informar e comunicar. In: \_\_\_\_\_. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 7. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010. p. 27-41.

MNEMOSYNE, T. et al. Globalização e Sociedade da Informação: perspectivas ético-políticas. Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção sobre (In)formação, Currículo e Trabalho, Universidade Federal da Bahia: Bahia, 2005. Disponível em: [http://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/PSI\\_P2\\_artigo3.pdf](http://www.professores.uff.br/screspo/wp-content/uploads/sites/127/2017/09/PSI_P2_artigo3.pdf). Acesso em: 22 fev. 2021.

MORAN, J. M. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2012. 174 p.

MORAN, J. M.; MASETTO, M.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 10. ed. rev. e atual. Campinas: Papyrus, 2006. 171 p.

MOSCO, V. Repensando e renovando a economia política da informação. Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 97 - 114, jul./dez.1998. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/599>. Acesso em: 15 out. 2018.

PACHECO, J. A. Currículo: entre teorias e métodos. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 137, p.383-400, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v39n137/v39n137a04.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2021.

PEREZ, O. C. Imbricações entre cidadania e educação. Interfaces Científicas e Educação, Aracaju, v. 4, n. 3, p. 43 - 50, jun., 2016. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1945/1818>. Acesso em: 26 jan. 2020.

SAVIANI, D. Entrevista concedida por e-mail à repórter Juliana Monachesi. Folha de São Paulo, 26 abr. 2007. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs2904200704.htm>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SILVA, M. R. A BNCC da Reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. Educação em Revista, Belo Horizonte, v. 4, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/edur/v34/1982-6621-edur-34-e214130.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2018.

**Recebido:** 2021/09/23

**Aprovado:** 2023/05/31.

**DOI:** 103895/recit.V14 n34.13940

**Como citar:** SOARES, P. A. Á.; CARVALHO, MA. A. B.; CASTRO, L. P. V.. Educação para a Tecnologia e para o Mercado de Trabalho: o Paradigma da Economia Política da Informação R. Eletr. Cient. Inov. Tecnol. Medianeira, v. 14. n. 34, p. 24- 36, jul/set, 2023 Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/recit>>. Acesso em: XXX.

**Correspondência:**

Paola A. Ávila Soares.

R. Universitária, 1619 - Universitário, Cascavel - PR, 85819-110

**Direito autoral:** Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0) Internacional.

